

**98901-2004-068-09-00-0**

**Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI**

**Publicado no DJPR em 20-01-2006**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA - LITISPENDÊNCIA NÃO CARACTERIZADA - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - DEMANDA EM QUE SE PRETENDE OBSTAR A TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA DE SERVIÇOS PELO MUNICÍPIO RÉU** - Ainda que muitos dos fundamentos fático-jurídicos sejam coincidentes com aqueles da demanda ajuizada pelo Ministério Público Estadual, especialmente no tocante à inobservância das Lei 9790-1999, Decreto 3.100-1999 e art. 37, II, da CF-88, não se pode dizer que a *causa petendi* da ação proposta pelo Ministério Público do Trabalho seja idêntica àquela da Ação Civil Pública. O interesse jurídico do *Parquet*, naquela demanda, residia no ataque à suposta improbidade administrativa e conseqüente proteção ao patrimônio público, com esteio nos princípios informadores da administração pública. Nesta, ainda que se adentre também às questões afetas à administração pública e seus princípios, busca-se a proteção do direito dos trabalhadores contra a terceirização ilícita de serviços afetos à atividade-fim do Ente Público, residindo nesse ponto o próprio fundamento jurídico da pretensão. Litispendência que não se verifica no caso concreto.